



Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros.

ISSN: 2237-2342 (impresso)

L-ISSN: 2178-2008 (on-line)

Ano IX, Vol.IX, n.36, out./dez., 2018.

Tramitação editorial:

Data de submissão: 30/10/2018.

Data de reformulação: 15/11/2018.

Data de aceite definitivo: 28/11/2018.

Data de publicação: 20/12/2018.

INCLUIR É PRECISO¹ INCLUDE IS NEEDED

*Danielle Bulgakau Teixeira de Carvalho²
Me. Maria Aparecida de Assunção³*

Resumo

A inclusão social nas escolas é um processo que exige uma série de medidas, como por exemplo, adaptar práticas pedagógicas às demandas educacionais que os alunos apresentam. Pretendeu-se neste estudo analisar como ocorre o atendimento aos estudantes da Escola Classe 510 do Recanto das Emas, região administrativa do Distrito Federal, em uma perspectiva inclusiva e saber quais as dificuldades que os

¹© Todos os direitos reservados. A Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros, bem como a Faculdade Processus (mantenedora do periódico) não se responsabilizam por questões de direito autoral, cuja responsabilidade integral é do(s) autor(es) deste artigo. A revisão linguística e metodológica deste artigo foi feita pelo(s) autor(es) deste artigo.

² Graduada em Letras pela Faculdade ICESP –DF

³ Possui mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais em BH, ano de 1993. É pos-graduada em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília de 1987 a 1988. É graduada em Administração pela União Educacional de Brasília (1985). De 2010 até o momento atua na Faculdade Processus. É professora e pesquisadora da Faculdade Processus, onde atualmente é a coordenadora de EaD. Em 2018 elaborou e encaminhou a CAPES/MEC a proposta de mestrado em Ciência Política com ênfase em Políticas Públicas, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. De 2010 a 2013 implantou e coordenou o CST em Secretariado. De 2013 a 2017 implantou e coordenou o curso de Bacharelado em Administração Pública. Em 2016 a 2017 implantou e coordenou o CST em Gestão Pública. De 2015 a agosto de 2017 atuou na FACULDADE DE TECNOLOGIA CNA, onde atuou como professora e coordenou o curso superior de tecnologia em Agronegócio. De 1996 a 2002 atuou como professor substituto no curso de Administração da UnB. De 1981 a 2000 trabalhou na Embrapa-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, tendo experiências na área de Administração, com ênfase em Administração de Pessoas, Mercadologia e Gestão Estratégica, atuando principalmente nos seguintes temas: A empresa pública e o conceito de Marketing, Desenvolvimento Organizacional e Humano, Qualidade e eficiência na Administração Pública, Gestão de Processos Gerenciais, Modelo de Gestão Estratégica com base no Balanced Scorecard, Plano de Capacitação e Gestão por Competência como política de capacitação do pessoal administrativo da Embrapa.

professores enfrentam, se estão preparados, se sentem capacitados ou não, para lidar com cada tipo de aluno com suas deficiências físicas, psíquicas, e etc. Assim, fizemos um apanhado de atividades que são desenvolvidas na EC 510 para confrontar com as teorias, leis, normas, diretrizes e estudiosas do assunto no sentido de conhecer e reconhecer o tema da Inclusão na realidade. Pôde perceber que nessa escola há um olhar interessado pelo ser humano, há também, profissionais capacitados e dispostos a mudar cenários de crianças infelizes. Em linhas gerais, a escola faz o que pode para que a inclusão social não seja vista como algo difícil ou impossível de acontecer. É perceptível a preocupação da escola em oferecer uma educação de qualidade e de querer superar desafios. Outro fator relevante foi o contexto social em que a escola está inserida; notou-se na comunidade, em seu histórico, referências à violência, a desemprego, a moradias precárias e isso pode ocasionar a baixa frequência dos alunos na escola.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Integração das minorias

Abstract

Social inclusion in schools is a process that requires a series of measures, such as adapting pedagogical practices to the educational demands that students present. The aim of this study was to analyze how is the service to students of Recanto das Emas Class 510 School, administrative region of the Federal District, in an inclusive perspective and to know what difficulties teachers face, whether they are prepared, feel qualified or not. , to deal with each type of student with their physical, mental, and so on disabilities. Thus, we made an overview of activities that are developed in EC 510 to confront the theories, laws, norms, guidelines and scholars of the subject in order to know and recognize the theme of Inclusion in reality. You could see that in this school there is a look interested in the human being, there are also trained professionals willing to change scenarios of unhappy children. In general, the school does what it can to ensure that social inclusion is not seen as difficult or impossible. The school's concern with providing quality education and wanting to overcome challenges is noticeable. Another relevant factor was the social context in which the school is inserted; In the community, in its history, references to violence, unemployment, precarious housing were noted and this may cause the low attendance of students in school.

Keywords: Public policy. Integration of minorities

1. Introdução

"O atendimento educacional especializado em casos de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, transtornos funcionais específicos ou ainda superdotação é um direito garantido pela Constituição Brasileira e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como normatizado por leis distintas. Direito que fomenta reflexões e promove a construção de práticas pedagógicas inclusivas, assegurando a educação a todos, independentemente das diferenças individuais. A educação inclusiva é um modelo que concilia a igualdade e a diferença como valores que não se dissociam e que, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação, destaca o papel da escola na superação da exclusão"

Os desafios em receber as crianças com limitações físicas, sensoriais e outras deficiências requer percorrer caminhos que exigem mais capacitação e obtenção de mais

recursos. Nesse sentido, é preciso planejar, se auto-organizar com o intuito de dar atenção a quem precisa mais precisa.

É perceptível a preocupação da escola em oferecer uma educação de qualidade e de querer superar desafios. Outro fator relevante foi o contexto social em que a escola está inserida; nota-se na comunidade, em seu histórico, referências à violência, a desemprego, a moradias precárias e isso pode ocasionar a baixa frequência dos alunos na escola.

Assim, abordaremos, nesse trabalho, conceitos referentes à inclusão social e suas políticas públicas, o papel das instituições de ensino e suas propostas de intervenção e uma análise crítica da atuação escolar na prática.

A questão de pesquisa que se propôs para este estudo foi a indagação de que a Escola Classe 510 do Recanto das Emas situada na cidade de Brasília-DF é realmente uma escola preocupada com a inclusão social dos alunos?

Como objetivo geral mostrar a realidade do ensino-aprendizado das crianças com deficiência, bem como discutir as políticas públicas de integração das pessoas no contexto escolar na perspectiva de conhecer de perto fatos reais e organizacionais com base em teorias

Os objetivos específicos foram os seguintes : - Identificar se a questão do privilégio na percepção da Escola é conviver com as diferenças; Analisar toda a estrutura da escola nos mínimos detalhes para constatar a prática da Inclusão social; Verificar se a escola tem em sua prática diária, a organização e elaboração de recursos pedagógicos para viabilizar a atuação do aluno, de maneira que o aluno se sinta autônomo e consiga potencializar suas habilidades.

A justificativa para o estudo é que vários fatores levaram a escolher essa escola, todavia, um dos fatores determinantes foi a grande quantidade de alunos, com algum tipo de deficiência, matriculados e devidamente atendidos, ou seja, é uma escola de referência em cuidados especiais para com as crianças.

É perceptível a preocupação da escola em oferecer uma educação de qualidade e de querer superar desafios. Outro fator relevante foi o contexto social em que a escola está inserida; nota-se na comunidade, em seu histórico, referências à violência, a desemprego, a moradias precárias e isso pode ocasionar a baixa frequência dos alunos na escola.

2. Metodologia

As discussões sobre inclusão social foi uma pesquisa na Escola Classe 510 do Recanto das Emas situada na cidade de Brasília-DF. Essa escola faz parte da composição do conjunto de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Este trabalho foi realizado através de pesquisas teóricas, observação de campo e questionários com o intuito de se ter um olhar crítico no sentido de querer entender o funcionamento do ensino regular de ensino, de como se dá o atendimento às crianças com deficiência e quais são as maiores dificuldades em acolhê-las e ensiná-las.

Assim, abordaremos, nesse trabalho, conceitos referentes à inclusão social e suas políticas públicas, o papel das instituições de ensino e suas propostas de intervenção e uma análise crítica da atuação escolar na prática.

3. Fundamentação Teórica

Inicialmente a leitura sobre o tema da Inclusão Social se fez na apostila “Educação Inclusiva” das autoras: Edla Trocoli e Sabrina Bonfatti. A leitura dessa apostila possibilitou uma reflexão sobre como a humanidade foi evoluindo em sua maneira de pensar em relação ao trato com as pessoas, de como podemos viver e conviver com o “diferente”. E

para que essa evolução acontecesse, e ainda tem acontecido, foram necessárias muitas mudanças nas atitudes da sociedade e também movimentos em busca de reflexões de como as pessoas com deficiência ainda têm sido tratadas e de como podemos incluí-las a ponto de conseguirem realizar seus sonhos e objetivos.

Primeiramente, uma abordagem histórica e cultural mostra que era comum a existência de pessoas excluídas, maltratadas, abandonadas por conta de suas deficiências.

Antigamente não havia nenhuma possibilidade de se pensar em dar uma oportunidade para pessoas com deficiência, para mostrarem o seu potencial ou habilidades em alguma área da sociedade, ou seja, elas eram consideradas inúteis, desajustadas, sem a mínima chance de exercerem a sua cidadania. Assim, foram muitas décadas com esse mesmo comportamento social: “condenar” pessoas com deficiência à exclusão social.

Com o passar dos tempos, alguns estudos clínicos e, também da área da Educação, foram apresentados e aperfeiçoados. Mas, ainda assim, com a ideia de que o atendimento a pessoas com deficiência deveria ser de maneira separada dos demais indivíduos. Nesse sentido, surgiram escolas especializadas, instituições assistencialistas com o objetivo de se amparar e ou habilitar essas pessoas.

Finalmente, nos anos 90, surge uma nova perspectiva, uma quebra de paradigma: não se pode excluir mais as pessoas, todos devem ser tratados com igualdade. Portanto, as escolas e os demais órgãos terão que se adequar às pessoas com deficiência a fim de incluí-las socialmente oferecendo-as todo subsídio necessário ao seu desenvolvimento.

Essa inovação no trato com essas pessoas foi impulsionada pela Declaração de Salamanca, conferência mundial que aconteceu no ano de 1994 na Espanha e propõe grandes mudanças no sistema educacional, nas políticas públicas e em instituições não governamentais também. Na Educação, por exemplo, orienta-se que haja integração de pessoas com necessidades especiais, preferencialmente, em escolas regulares de ensino.

Porém, segundo Trocoli e Bonfatti ainda existem muitas barreiras a serem vencidas, como a do preconceito, por exemplo:

“Expressões como: inválidos, anormais, excepcionais, incapacitados, subnormais, deficientes, portador de deficiência e portadores de necessidades educacionais especiais ainda são comuns dentro das escolas brasileiras”. (TROCOLI e BONFATTI, 2018, p.11)

No Brasil, a inclusão social de pessoas com deficiência tem se concretizado por meio de leis, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, por exemplo.

No entanto, muitas mudanças ainda são necessárias para se garantir direitos e educação de qualidade a todos igualmente.

Nas escolas, ainda segundo Trocoli e Bonfatti, o que se percebe são ações simbólicas na tentativa de cumprir leis e políticas públicas que teoricamente poderiam resolver todas as situações de exclusão social, mas na prática está longe de serem alcançadas devido à falta de profissionais capacitados, materiais dentre outros recursos.

Embora a escola tenha se colocado à disposição do aluno com deficiência, pois é crime recusar a matrícula, e tenha o inserido no contexto educacional, ainda se faz necessário fazer valer a sua permanência na instituição. É necessário, portanto, conhecer o aluno de perto, seu viver, modo de aprender peculiar com o objetivo de realizar sua inclusão na escola.

Para tanto, deve-se pensar em práticas pedagógicas e estratégias que realmente funcionem para cada tipo de dificuldade. Um exemplo seria a inserção de princípios no ambiente escolar: Respeito, Cooperação, solidariedade, dentre outros.

Dessa forma, o comprometimento a tantas mudanças deve abranger todo o sistema escolar, ou seja, envolver toda equipe: os professores, a direção, os funcionários e até mesmo os alunos. Sendo assim, a figura do professor na prática de inclusão social ficaria descentralizada.

O professor é alguém que possui suas crenças, percepções de mundo, sentimentos que muitas vezes podem atrapalhar o processo de um ensino de qualidade. Portanto, o professor deve buscar ampliar sua visão de forma que seja capaz de modificar os padrões didáticos, se necessário, com o intuito de possibilitar ao aluno a capacidade de participar ativamente nas atividades escolares.

Paulo Freire aborda a questão do diálogo entre educador e educando, para que seja desenvolvida a interação construtivista. Nesse sentido, saber ouvir as partes é fundamental para compreender o outro e melhorar no que for preciso.

Vygotsky aponta que os processos cognitivos são desenvolvidos por meio de elementos mediadores, ou seja, os instrumentos e signos. Nesse sentido, a comunidade a qual pertence o indivíduo influencia o seu modo de ver o mundo, assim como as ferramentas cognitivas que são as brincadeiras, a linguagem, a família dentre outras.

Portanto, o professor deve considerar todo o contexto ao qual o aluno está inserido e abordar temas em sala de aula que façam parte de suas experiências de vida.

O docente pode também deixar que o aluno tenha autonomia para ajudar na organização do seu material, da sala de aula, do planejamento das aulas, isso possibilita a construção da autoestima e ao sentimento de pertencimento ao ambiente.

Outro fator importante para se trabalhar a inclusão social, está em elaborar um currículo específico para cada escola, pois suas demandas são diferentes, ou seja, cada escola atende a alunos com necessidades únicas.

Enfim, as autoras demonstraram que para que aconteça a inclusão social deve-se efetivamente quebrar paradigmas, adotar novas maneiras de fazer ações pedagógicas que correspondam as reais necessidades para cada tipo de aluno, deve-se também investir em capacitação profissional, valorizar o professor para que ele tenha ânimo de enfrentar diversas dificuldades; Investir também na infraestrutura de ambientes no qual o aluno possa transitar.

Apoiar os familiares das pessoas com deficiências, pois eles também precisam de orientação e informação a respeito dos direitos que possuem.

Investir em recursos tecnológicos como ferramentas que possibilitam a construção do conhecimento, como computadores que garantam a acessibilidade de pessoas com problemas de coordenação motora, visuais e etc.

Outra leitura importante foi feita na Constituição Federal de 1988: Remissiva/ Nelma Fontana, 2016. Existem muitos artigos que servem como base legal para que políticas públicas, na área da Inclusão, sejam executadas. Podemos encontrar o Princípio da Proteção no artigo 208 que diz:

“O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (CF/88 apud FONTANA,2016)

O tratado internacional que trata sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007 e que entrou em vigor no Brasil, por meio da publicação do decreto Legislativo nº186, de 9 de julho de 2008, orienta-nos que: “toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades ali estabelecidos, sem distinção de qualquer espécie e que a deficiência é um conceito em evolução, e ainda existem muitas barreiras a serem derrubadas para que aconteça a

interação e integração dessas pessoas. Tais barreiras se referem a atitudes e ambientes. Portanto, a plena participação dessas pessoas em igualdade de oportunidades deve ser algo a ser reconhecido.

Salienta-se também que a maioria das pessoas com deficiência vive em condições de pobreza causando ainda mais impactos negativos sobre essas pessoas. Assim, devem receber proteção e assistência necessária para que possam exercer plenamente seus direitos de maneira equitativa com os demais na sociedade.

Com relação às crianças, a convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência afirma que o superior interesse da criança receberá consideração primordial, ou seja, devem ter sua opinião valorizada de acordo com a idade e maturidade.

A Acessibilidade também faz parte das medidas em que o Estado deverá se comprometer: prover e assegurar às pessoas com deficiência, tendo em vista o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Essas medidas serão aplicadas a: edifícios, rodovias, meios de transporte, escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho; Além de oferecer serviços de leitores, intérpretes da língua de sinais, assim como a produção e disseminação de sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

O artigo 24 da Convenção fala a respeito dos direitos à Educação e um dos objetivos que chamou a atenção foi a respeito da capacitação do professor:

“A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino.” (FONTANA, p. 338, 2016)

Nesse sentido, o ensino terá que ser de maneira tal que assegure efetivamente o pleno desenvolvimento do educando que necessite de atendimento mais específico à sua necessidade.

A leitura do livro “Educação Inclusiva- Atendimento Educacional para a Deficiência Mental” das autoras Cristina Abranches Mota Batista e Maria Tereza Egler Mantoan permitiu a ampliação da visão de como seria na prática trabalhar didaticamente com enfoque na educação inclusiva.

Segundo Batista e Mantoan, (2006) “a escola comum tem o compromisso de introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico e que todo ser humano tem o direito a essa introdução”.

Nesse sentido, a escola possui a função social de formar pessoas conscientes e capazes de cuidar, avaliar e respeitar a todos os bens e pessoas que as circundam. A escola, enfim, exerce um papel fundamental no processo ensino-aprendizagem. Deve-se, portanto, atentar para a diversidade de sua clientela, adaptando-se e flexibilizando o trabalho pedagógico para cada tipo de demanda.

No entanto, ainda encontramos resistência por parte de instituições:

“... Presa ao conservadorismo e a estrutura de gestão dos serviços públicos educacionais, a escola continua norteada por mecanismos elitistas de promoção dos melhores alunos em todos os seus níveis.” (BATISTA, p.12, 2006).

Portanto, a escola precisa reconhecer que cada aluno possui sua identidade, são diferentes, possuem opiniões e escolhas próprias. Tratar de maneira igual, padronizada não é o melhor caminho, pelo contrário, gera problemas na aprendizagem, acarreta a exclusão social ainda mais.

Inovar, revolucionar o ensino em busca da valorização do ser aprendiz e fazer dele uma pessoa potencialmente capaz de ser livre e feliz em suas escolhas.

Para tanto, segundo Batista e Mantoan:

“O atendimento educacional para tais alunos deve, portanto, privilegiar o desenvolvimento e a superação daquilo que lhe é limitado, como por exemplo: para o cego, a possibilidade de ler pelo Braille, para o surdo, a forma mais convincente de se comunicar e para a pessoa com deficiência física, o modo mais adequado de se orientar e se locomover.” (BATISTA, p.19, 2006).

O aluno deve, assim, ter a oportunidade de exercer livremente pesquisas e atividades com vistas no desenvolvimento e assimilação de conhecimentos de acordo com suas experiências de vida.

No livro: Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio de Maria de Fátima Minetto pode-se constatar a importância do papel do professor no processo de inclusão do aluno com deficiência. Segundo a autora “o professor é o eixo principal. Ele tem em suas mãos a possibilidade de ações, Ele não pode tudo, mas pode muito”. (MINETTO, p. 36, 2012).

Porém, não devemos esperar que todos os professores atuam de forma semelhante, pois cada profissional subjetivamente age de acordo com suas dificuldades e facilidades.

Portanto, buscar entender, em teorias, sobre o assunto da Inclusão foi o primeiro passo. Necessário se faz pesquisar o assunto de maneira prática e, para que essa construção de conhecimento seja possível, foram realizadas algumas visitas na Escola Classe 510 do Recanto da Emas-DF.

3.1. Perfil Institucional da Escola Classe 510

Na estrutura da Escola Classe 510 constam: 23 salas de aula; 01 sala para atender alunos do projeto da educação integral; 11 banheiros femininos; 11 banheiros masculinos, 2 banheiros adaptados para alunos com deficiência; 1 sala de servidores; 1 cantina; 1 sala dos professores com 2 banheiros; 1 Secretaria, 1 sala da Direção, 1 sala para serviços de Orientação Educacional-SOE; 1 sala de leitura; 1 sala de Equipe Especializada de apoio à Aprendizagem; 1 sala de recursos generalista.

A escola Classe 510 conta em seu quadro de funcionários com aproximadamente 85 profissionais da educação. São 43 professores regentes.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, a escola conta com 1 professora para o atendimento Especializado, 2 pedagogas para apoio ao atendimento aos alunos e aos pais e 1 psicóloga itinerante que atende a escola duas vezes por semana.

A escola conta ainda com 1 técnico de gestão educacional, na especialidade monitor, para atendimento de três alunos com diagnóstico de Deficiência Física com altas necessidades educacionais (DF/ANE) e mais 3 monitores do Jovem Educador Voluntário, que atende às classes Especiais, nos turnos matutino e vespertino.

A escola matriculou 5 alunos com Necessidades Educacionais Especiais no turno matutino e 14 no turno vespertino. Dentre os alunos com deficiência 7 deles não acompanham turmas regulares, são atendidos na sala de atendimento Especializado, pois necessitam de serem acompanhados de maneira mais adequada e específica. Os demais alunos com diagnóstico de Necessidades Especiais frequentam turmas reduzidas, na média de 15 a 18 alunos por turma.

Para melhor atendê-los, no contraturno, eles frequentam a sala de recursos 2 a 3 vezes por semana com 50 minutos de atendimento cada encontro. Ou seja, são atendidos com adequação curricular em sala de aula.

Cada aluno é muito bem acompanhado, possui registros em um formulário de adequação curricular e todas as atividades feitas pelos educadores são registradas nesse formulário.

A frequência dos alunos também é bem monitorada, inclusive se houver muitas faltas, a orientadora faz visitas para verificar a situação em que se encontra o aluno e, dependendo da situação, mobilizações e adequações no atendimento à família são feitas para que o aluno não seja prejudicado por conta das faltas.

Com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica, pode-se constatar na prática a organização e o funcionamento da sala de aula, como cita o artigo 8º: “As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns”:

“Flexibilização e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumentados conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógica da escola respeitada a frequência obrigatória.” (Inciso III).

A Escola Classe 510 do Recanto das Emas possui na apresentação do seu Projeto Político Pedagógico sua intenção: “deixar claro que as diferenças precisam ser respeitadas e que haja uma integração que possibilite ações voltadas à superação das barreiras e dificuldades individuais”. A escola, portando, pautada em Leis, Diretrizes e orientações pedagógicas expedidas pela Secretaria de Educação do Distrito Federal se compromete em garantir a educação como direito de todos. Como cita o artigo 205 da Constituição Federal:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Assim, a função social da educação que é a de garantir uma formação que por meio dela os indivíduos tenham a oportunidade de se integrarem na sociedade.

Dessa forma, podem-se incluir na EC 510 alunos que possuem necessidades especiais. Essa escola possui turmas de educação infantil e turmas das séries iniciais do ensino fundamental com a pedagogia capaz de atender cada criança de maneira peculiar às suas necessidades; são matriculadas no total de 933 crianças atualmente.

4. Análise de Dados

A escola, embora tendo dois andares, possui uma rampa enorme para possibilitar o acesso das crianças com suas cadeiras de rodas; os banheiros estão devidamente adaptados e bem cuidados; a escola inteira possui barras fixadas na parede que facilitam o acesso do aluno que possui necessidade de locomoção; as salas são devidamente identificadas em Braille; o parquinho tem um balanço que acomoda uma criança com sua cadeira de rodas; a sala de recursos tem muito material pedagógico e com muitos jogos interativos; a sala de Equipe especializada também possui excelentes materiais para auxiliar as crianças em suas atividades, como uma bola gigante, emborrachados no chão, televisão, murais, computadores dentre outros recursos.

Em outra oportunidade, a orientadora das turmas específicas no atendimento às crianças com necessidades Educacionais Especiais pôde esclarecer muitas dúvidas em

relação ao atendimento especializado realizado na escola que identifica, organiza e elabora recursos pedagógicos para viabilizar a atuação do aluno, de maneira que o aluno se sinta autônomo e consiga potencializar suas habilidades.

Vale ressaltar que tudo é feito com muito carinho, atenção e comprometimento pela causa dessas crianças e suas famílias.

Muitas atividades de interação e integração social são realizadas, uma delas chamou a atenção: uma vez por ano, levam as crianças para o mercado, de ônibus, e as professoras doam em torno de R\$15,00 para cada criança e as deixam livres para comprarem o que quiserem. No caixa, elas vão percebendo que o dinheiro não dá para comprar tudo o que escolheram; uma nova seleção de mercadoria é realizada até chegar ao valor exato. O objetivo dessa atividade é trabalhar o sentimento de frustração e também noção do valor do dinheiro e do troco, bem como possibilitar a interação social em outros ambientes que não seja o da escola somente.

Outra atividade interessante chama-se: “Ciranda da Inclusão” que acontece no período de uma semana inteira na qual todas as turmas são apresentados vídeos a respeito da diversidade e de superação de pessoas com deficiências e outras dificuldades, bem como músicas, teatrinhos, decoração de murais e outras atividades em grupo para que a escola como um todo obtenha a conscientização da inclusão.

Aconteceu um evento muito importante na área da educação física, atletas cadeirantes mostraram aos alunos como se joga basquetebol. Os alunos puderam perceber a importância do esporte na superação de limitações físicas.

Ainda, na disciplina da educação física, uma atividade muito interessante sobre a deficiência visual foi trabalhada com as crianças, colocaram vendas em seus olhos e as fizeram refletir sobre a deficiência visual. Esse evento teve sua importância por fazer com que o aluno se coloque no lugar do “outro”, sintam e reflitam por meio de suas próprias experiências.

Outro evento que demonstrou total inserção dos alunos com deficiência foi a “Festa Cultural” na qual apresentaram temas importantes sobre a diversidade cultural, o esporte, a ecologia e muitos outros temas bem criativos acrescentaram para enriquecer os conteúdos ensinados na escola.

Realiza-se também periodicamente o “grupo de pais” como canal de diálogo visando parcerias e apoio no sentido de informá-los a respeito de outros profissionais que poderiam estar atuando na resolução de muitos problemas, como assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, médicos neurologistas e outros.

Cabe notar que atividades que envolvam os pais servem para aperfeiçoar o trabalho realizado pela escola, pois os pais passam a enxergar a evolução no desenvolvimento do seu filho, e a compreender a importância do ato de aprender e o seu papel de acompanhar esse processo.

No entanto, uma das principais queixas dos educadores de alunos com necessidades especiais é a ausência de muitos pais que já “rotularam” seus filhos e consideram a situação como sendo algo que “não tem jeito”. Dessa forma, o trabalho de desconstrução de “rótulos” é algo que gera muitos impasses, como o de chamar a família para uma conversa com o objetivo de refletirem sobre o potencial e desenvolvimento da criança, mesmo com todas as suas limitações.

Segundo Vygotsky (1997), há potencialidade e capacidade nas pessoas com deficiência, mas entende-se que, para elas poderem desenvolvê-las, devem ser lhes oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas. Por isso, deve-se ter em mente que todos devem auxiliá-los no desenvolvimento criativo dessas pessoas para que consigam enfrentar suas dificuldades.

Na Escola, alguns alunos demonstram baixa autoestima, principalmente pela falta de valorização por parte da família, eles demonstram que há conflitos familiares, estão crescendo em ambientes hostis: presenciam brigas, desprezo e isso os deixam desmotivados. Um dos alunos, por exemplo, em uma conversa com a orientadora, disse: “eu sei que sou um débil-mental, na minha família, todos dizem isso”, prontamente a orientadora se comoveu com o aluno e tentou mudar seu modo de pensar e já contactou a família para uma reunião para tratar sobre o assunto.

É necessário, portanto, trabalhar abrangendo toda a comunidade, principalmente suas famílias com ações de sensibilização para que o aluno consiga vencer barreiras que encontram até mesmo dentro de seus lares, eles precisam construir relacionamentos baseados na confiança e no respeito para assim conseguirem diminuir problemas de ordem emocional.

5. Conclusão

Nessa escola há um olhar interessado pelo ser humano, há também, profissionais capacitados e dispostos a mudar cenários de crianças infelizes, que narram fatos da vida duríssima, para crianças felizes, satisfeitas de estarem na convivência com outras crianças, inclusive a maioria dos coleguinhos reconhecem a importância de valorizar e respeitar o próximo, assim, podem viver parcelas de alegria naquele lugar.

Em linhas gerais, a escola faz o que pode para que a inclusão social não seja vista como algo difícil ou impossível de acontecer. Muitos pais agradecem aos funcionários, todos os dias, pelo tratamento dado aos seus filhos que são recebidos com muito carinho.

De fato, o reconhecimento dos familiares para com a escola é fundamental, pois faz com que haja um “feedback”, isso gera avaliações, ou seja, podem fazer um balanço de como a atuação da instituição tem sido e no que pode melhorar.

Conhecer essa escola foi de suma importância para o reconhecimento da inclusão social fosse sedimentado em minha vida em muitos aspectos, foi como se algo que estava um tanto obscuro, somente na teoria, se tornasse claro e compreensível na íntegra.

Um dos objetivos alcançados também foi o de constatar que a diversidade existe e que as práticas pedagógicas podem ser remodeladas, tendo em vista que muitas concepções de homogeneidade e singularidade podem cair em desuso no ambiente estudantil.

As práticas pedagógicas, portanto, devem evitar ações que promovam a exclusão social. Como afirma Minetto:

“... mediante a constatação da diversidade como elemento integrante da natureza humana. Porém, sua implementação esbarra a todo momento em práticas que privilegiam a homogeneidade, ou seja, a semelhança como princípio constitutivo.” (MINETTO, 2012, p. 34)

Outro fator importante está em mudar o modo de pensar em relação às pessoas com deficiência. Pois segundo Minetto:

“se formos ao dicionário, encontramos a definição de preconceito como “opinião antecipada, sem maior ponderação dos fatos, intolerância”. Isso explica o que muitos sentem diante do diferente, como no caso de um deficiente, um doente ou desajustado socialmente; isso está atrelado a nossas concepções”. (MINETTO, 2012, p. 43).

É necessário, portanto, ter em mente de que não só a educação escolar, mas, todos nós podemos colaborar para que a sociedade seja construída de maneira que cada

pessoa, com todas as peculiaridades que possui, precisa de reconhecimento, respeito e apoio para que a dignidade se concretize em suas vidas.

Como cita a Base de Educação Comum Curricular:

“Faz parte das competências gerais da educação básica a valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. (BNCC, 2013, p.9).

Todos os conhecimentos teóricos a respeito da inclusão foram muito importantes para ter uma visão do que seja uma educação que objetiva inserir o aluno.

Nessa perspectiva ficou notório que na Escola Classe 510 a inclusão social ainda é um processo no qual o atendimento aos estudantes passa por muitas questões que exigem, não só esforços físicos e psíquicos como também recursos materiais, por esse motivo essas questões constantemente têm sido colocadas em pauta em reuniões entre os professores e orientadores, principalmente.

Por fim, muitos projetos não são efetivamente concluídos por falta de recursos materiais. É necessário que se faça levantamentos, na comunidade, do que seja prioridade e assim poder potencializar as políticas públicas educacionais que contribuem para a redução das desigualdades sociais.

6. Referências

BATISTA, Cristina Abranches Mota & MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2º ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio** [livro eletrônico] 1. ed.- Curitiba: Inter saberes, 2012- (série inclusão escolar) .PPP- **Projeto Político e pedagógico, “510 em Ação”**. Recanto da Emas-DF, 2018.

TROCOLI, Edla e BONFATTI, Sabrina. **Educação Inclusiva**. Alumnus. Brasília-DF, 2018.
VYGOTSKY, LEV S. **Fundamentos de defectologia**. Madri, Espanha: Visor Dist. S. A., 1997.

BNCC-Base Nacional Comum Curricular:

In.:[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em 20/07/2019.